

GREVE

Docentes rejeitam propostas do governo

Assembleia atraiu ao hall da reitoria cerca de 500 professores que debateram a crise da universidade. **Página 3**

Samuel Tosta - 02/07/2015



Assembleia vota continuidade da greve

Direitos

Docentes substitutos, visitantes ou em estágio probatório podem participar da greve, assegura Assessoria Jurídica do Andes-SN.

Macarena Lobos - 03/07/2015



Posse: Leher e Denise

Novo reitor

CONFISCO

Reunidos em Brasília, representantes dos SPF rejeitaram proposta salarial do MPOG considerada como "confisco de salários".

SEGUNDA PÁGINA

Direito assegurado

Docentes substitutos, visitantes ou em estágio probatório podem participar da greve

Esclarecimento é da Assessoria Jurídica do Andes-SN

Em 24 de junho, uma moção de solidariedade ao direito de greve de todos os segmentos foi aprovada na Congregação da FND. O texto circulou pela internet, foi remetido para os integrantes do Conselho Universitário, mas, pela sua importância, vale a pena ter seu trecho final reproduzido aqui: “Este Colegiado desaprova retaliação, assédio, intimidação ou qualquer outro ato que venha a inibir o direito dos membros das categorias acima desta Unidade de participar da greve, inclusive aqueles que estejam em estágio probatório ou ostentem a condição de professor substituto”. A moção da Faculdade Nacio-

Em caso de assédio, procure a Seção Sindical

Mesmo fora da greve, a assessoria jurídica da Adufrj-SSind acompanha casos de conflitos, muitos deles sob a forma de assédio. Para a advogada Ana Luisa, as decisões daqueles que exercem cargos de gestão devem ser sempre motivadas para assegurar a preservação dos princípios

de impessoalidade e da legalidade (que devem pautar a atuação da administração pública, nos termos da Constituição Federal). Ela orienta que, caso esteja se sentindo prejudicado em seus direitos (o de exercer greve, por exemplo), o professor deve procurar a assessoria da Seção Sindical.

nal de Direito está em acordo com decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que já julgou diversos mandados de injunções sobre o tema. Os resultados dos julgamentos serviram de base para um parecer elaborado pela Assessoria Jurídica Nacional do Andes-SN enviado às seções sindicais durante a greve de 2012.

Segundo aquele parecer: “Os

tribunais já pacificaram o entendimento de que é permitido ao estagiário aderir à greve, não sendo permitido que isto implique em motivo para sua não confirmação”.

Rodrigo Peres Torelly, advogado do escritório que atende à entidade, esclareceu, à época, que não há previsão legal para a punição de servidores federais docentes em estágios probató-

rios no que diz respeito à sua participação em movimento grevista. E que não pode haver exoneração sem a instauração de um processo administrativo disciplinar com ampla defesa assegurada.

Professores substitutos e visitantes também não podem ser punidos por participar de movimentos grevistas. “Não existe norma que preveja a rescisão contratual pelo exercício do direito de greve por parte dos docentes substitutos e visitantes”, informa o parecer.

Segundo Torelly, nestes casos, também não há previsão legal de punição. “Como o administrador público só pode fazer o que estiver previsto em lei, a demissão só poderia ocorrer se fosse instaurada uma sindicância contra esses substitutos e visitantes”, explicou o assessor do Andes-SN.

Excepcionalidades da greve

A Comissão de Ética da greve docente da UFRJ 2015 é a responsável pela avaliação dos pedidos de continuidade excepcional das atividades acadêmicas e administrativas. Mariana Trotta (FND), integrante da comissão, relata que, até o momento, duas situações foram estudadas: a do Núcleo Interdisciplinar de Ações para a Cidadania e a do Colégio de Aplicação (CAp). “Como o núcleo presta assessoria jurídica em processos cujos prazos correm de acordo com a Justiça, ficou acertado que o trabalho seria mantido”, explica. “Mas não serão abertos novos até o término da greve”, frisou. Em relação ao CAp, a decisão é pela continuidade das aulas para o terceiro ano, em função do Enem. Os pedidos de avaliação de excepcionalidades podem ser enviados à Comissão de ética pelo email: comissaoeticaclgadufjr@gmail.com.

EDITAL

Eleições para Diretoria e Conselho de Representantes

De acordo com o disposto no Art. 38 do Regimento Geral e no Art. 4º do Regimento Eleitoral da Adufrj-SSind, convoco eleições para a Diretoria e o Conselho de Representantes da Adufrj-SSind, biênio 2015-2017, para os dias 09 e 10 de setembro de 2015.

As chapas candidatas à Diretoria devem ser inscritas junto à secretaria da Adufrj-SSind até 10 de agosto de 2015, de acordo com o disposto no Art. 41 do Regimento Geral e no Art. 12 do Regimento Eleitoral da Adufrj-SSind.

As listas de candidatos ao Conselho de Representantes deverão ser inscritas até o dia 31 de agosto de 2015, de acordo com o disposto no Art. 14 do Regimento Eleitoral da Adufrj-SSind.

Podem candidatar-se a cargo da Diretoria ou do Conselho de Representantes os docentes sindicalizados até 12 de maio de 2015, que estejam em pleno gozo de seus direitos, de acordo com o disposto no Art. 40 do Regimento Geral e no Art. 8º do Regimento Eleitoral da Adufrj-SSind.

São eleitores os docentes sindicalizados até 11 de julho de 2015 que estejam em pleno gozo de seus direitos, de acordo com o disposto no Art. 36 do Regimento Geral e no Art. 2º do Regimento Eleitoral da Adufrj-SSind.

Cláudio Rezende Ribeiro
Presidente da Adufrj-SSind

GREVE DOS TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS

Reitoria da UFRJ é fechada por um dia

Por orientação do CNG/Fasubra, ato ocorreu em várias universidades, em 1º de julho

Por conta da contraproposta econômica do governo apresentada aos servidores públicos federais, no último dia 25 (reajuste de 21,3%, ao longo de quatro anos), a assembleia do Sintufjr realizada em 30 de junho decidiu que é preciso radicalizar o movimento para mostrar que os trabalhadores não estão de brincadeira.

Seguindo orientação do Comando Nacional de Greve (CNG/Fasubra), na madrugada de 1º de julho, a categoria fechou as entradas do prédio da reitoria, no Fundão, e ninguém teve acesso ao prédio.

Por volta das 8h, teve início um ato público em frente



Ninguém entra. Fechamento da reitoria foi orientado pelo CNG/Fasubra

à portaria principal. Os técnicos-administrativos entregaram panfletos explicando as razões da greve e convocando os que ainda não aderiram para a luta. Ato com a

mesma finalidade repetiram-se em outras universidades federais, como UnB, UFF e UniRio.

A greve nacional deflagrada pelos técnicos-administrativos

em 28 de maio (desde 29 de maio, na UFRJ) conta com adesão de 65 universidades e instituições federais. **(Fontes: Fasubra e Sintufjr. Edição: Adufrj-SSind)**

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Prédio do CT - bloco D - sala 200 Cidade Universitária CEP: 21949-900 Rio de Janeiro-RJ Caixa Postal 68531 CEP: 21941-972 Tel: 2230-2389, 3884-0701 e 2260-6368

Diretoria da Adufrj-SSind Presidente: Cláudio Ribeiro 1º Vice-Presidente: Luciana Boiteux 2º Vice-Presidente: Cleusa Santos 1º Secretário: José Henrique Sanglard 2º Secretário: Romildo Bomfim 1º Tesoureiro: Luciano Coutinho 2º Tesoureira: Regina Pugliese **CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND** Colégio de Aplicação Renata Lúcia Baptista Flores; Maria Cristina Miranda Escola de Serviço Social Mauro Luis Iasi; Luis Eduardo Acosta Acosta; Henrique André Ramos Wellen; Lenise Lima Fernandes Faculdade de Educação Claudia Lino Piccinini; Andrea Pentead de Menezes; Alessandra Nicodemos Oliveira Silva; Filipe Ceppas de Carvalho e Faria; Roberto Leher Escola de Comunicação Luiz Carlos Brito Paternostro Faculdade de Administração e Ciências Contábeis Antônio José Barbosa de Oliveira Instituto de Economia Alexis Nicolas Saludjian Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional Cecília Campello do Amaral Mello Faculdade Nacional de Direito Mariana Trotta Dallalana Quintans; Vanessa Oliveira Batista Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Eunice Bomfim Rocha; Luciana da Silva Andrade; Sylvia Meimaridou Rola; André Onoli Parreiras Escola de Belas Artes Patrícia March de Souza; Carlos de Azambuja Rodrigues Faculdade de Letras Gumerinda Nascimento Gonda; Vera Lucia Nunes de Oliveira Escola de Educação Física e Desportos Luis Aureliano Imbiriba Silva; Alexandre Palma de Oliveira; Marcelo Paula de Melo; Michele Pereira de Souza da Fonseca Escola de Enfermagem Anna Nery Walcyr de Oliveira Barros; Gerson Luiz Marinho Coppe Vera Maria Martins Salim Escola Politécnica José Miguel Bendrao Saldanha; Eduardo Gonçalves Serra Coordenador de Comunicação Luiz Carlos Maranhão Editor Assistente Kelvin Melo de Carvalho Reportagem Silvana Sá e Elisa Monteiro Projeto Gráfico e Diagramação Douglas Pereira Estagiária Samantha Su Tecnologia da Informação: Renato Souza Tiragem 4.100 E-mails: adufjr@adufjr.org.br e secretaria@adufjr.org.br Redação: comunica@adufjr.org.br Cadernos Adufrj: revista@adufjr.org.br Diretoria: diretoria@adufjr.org.br Conselho de Representantes: conselho@adufjr.org.br Página eletrônica: <http://www.adufjr.org.br>

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

MOVIMENTO DOCENTE

Samuel Tosta - 02/07/2015



Casa cheia. Sara Granemann alerta assembleia sobre ameaças ao concurso público

Assembleia rejeita respostas do governo e mantém a greve

Dirigente diz que reunião representou vitória da democracia sindical, com ampla participação de docentes

A resposta dos professores da UFRJ à mise-en-scène do governo que procura desqualificar a pauta do Andes-SN e oferece reajuste abaixo das projeções de inflação foi de rejeição quase unânime na Assembleia Geral convocada pela Adufrj-SSind na tarde/noite de quinta-feira, 2 de julho. A reunião decidiu, ainda, manter a greve iniciada em 23 de junho: 244 votos favoráveis, 234 contrários e houve uma abstenção.

As respostas do MEC foram dadas ao Sindicato Nacional em audiência de 23 de junho. Em 25 de junho o Ministério do Planejamento apresentou ao Fórum dos SPF proposta de reajuste salarial anual de 2016 e 2019 em índices bem abaixo da inflação projetada para o período.

O presidente da Adufrj-SSind, Cláudio Ribeiro, depois da assembleia, festejou o resultado da reunião. Segundo o dirigente, os professores da UFRJ mostraram que estão preparados para lutar em defesa do caráter público da universidade,

um dos eixos que preside a pauta do Andes-SN. “Foi uma vitória importante da democracia sindical pela ampla participação de docentes”, disse.

A resposta ao governo vem acompanhada de uma série de encaminhamentos que buscam enraizar o movimento e fortalecer o fôlego da greve. O objetivo principal de agora é colocar a greve na rua para dialogar mais com toda a sociedade, denunciando as condições de precarização da universidade.

Esta semana já se inicia com ações conjuntas. Em Brasília haverá reunião da Educação Federal nesta segunda-feira 6 e na terça (7) várias caravanas chegam à Capital Federal para manifestação em defesa da Educação Pública (veja matéria na página 6) pressionando a negociação com o MPOG que ocorre no mesmo dia. Além disso, o Comando Local de Greve (CLG) está começando a organizar uma grande aula pública coletiva.

Na assembleia, várias abordagens sobre a crise da univer-

Os eixos da pauta

- ▶ Defesa do caráter público da universidade
- ▶ Melhorias das condições de trabalho
- ▶ Garantia de autonomia universitária
- ▶ Reestruturação da carreira
- ▶ Valorização salarial de ativos e aposentados

sidade foram expostas. Alguns professores não consideraram, por exemplo, a greve como a forma de luta para o momento. Mas a maioria dos docentes entendeu o contrário, como expressou a votação.

Para garantir um debate qualificado e oferecer informações complementares a todos os presentes (sindicalizados e não sindicalizados) o CLG elaborou uma apresentação a partir do documento que circulou na forma de encarte na edição (nº 894) anterior do Jornal da Adufrj e que se encontra disponível no site da Seção Sindical (“CLG da Adufrj-SSind avalia respostas do governo às demandas dos professores”).

Além desse conteúdo, o CLG também editou um resumo com texto mais enxuto que circulou entre os docentes. O esforço foi, ainda, mais longe: um telão exibiu o mesmo conteúdo e integrantes do comando foram escalados para apresentar os temas na assembleia.

Os professores Sara Granemann (ESS), Cristina Miranda

(CAp), José Miguel (Politécnica) e Luciana Boiteux (FND e também diretora da Adufrj-SSind) fizeram exposições seguindo um roteiro. Tratou-se da defesa do concurso público, do corte no orçamento, em condições de trabalho cada vez mais precárias, autonomia universitária, carreira e salários.

Essas exposições realizaram uma autópsia da conjuntura adversa que ameaça a universidade pública, além de pôr a nu a inaceitável atitude do governo em relação às demandas dos professores federais e, de forma mais geral, ao funcionalismo público.

O saldo positivo da reunião foi destacado ao final da assembleia. O presidente da Adufrj-SSind observou a aprovação praticamente unânime dos docentes em relação às críticas feitas pelo CLG às propostas do governo. “A manutenção da greve, sobretudo neste aspecto, indica um acerto da categoria que, inclusive, mantém o CLG funcionando em condições de manter suas atividades de modo a dialogar com toda a categoria”, disse Cláudio.

GREVE 2015



Reunião dos SPF reuniu mais de 150 representantes

Não ao confisco nos salários

Servidores públicos federais rejeitam proposta, de baixos reajustes parcelados, apresentada pelo governo

Resposta ao MPOG acontece neste dia 7

Mais de 150 representantes de entidades nacionais dos servidores públicos federais (SPF) reuniram-se no domingo (28) para avaliar a proposta apresentada pelo governo federal de reajuste parcelado, até 2019. A assinatura de um acordo plurianual foi considerada inaceitável e vista como um confisco no salário dos servidores federais.

A proposta governamental, conforme já anunciada na última edição do **Jornal da Adufrj**, prevê “aumentos” anuais, sempre nos meses de janeiro, de 2016 a 2019 (5,5%; 5%; 4,8% e 4,5%, na ordem). Ela foi rechaçada por unanimidade pelas entidades presentes à Reunião Ampliada do Fórum dos SPF.

“O que está em curso é uma política para atender aos interesses do Capital, dos bancos, do FMI, dos credores. E o que o governo está querendo, ao firmar um acordo de quatro anos, é que assinemos um acordo de submissão dos servidores públicos federais à política do Capital. Querem que as entidades firmem acordo de confisco salarial para atender aos interesses dos bancos. Com um acordo assim, vamos ser enquadrados como base de apoio à política de ajuste fiscal. E isso é inaceitável”, disse o presidente do Andes-SN, Paulo Rizzo, durante a reunião dos SPF.

A necessidade de fortalecimento das greves em curso e sua extensão para as demais categorias do funcionalismo, na perspectiva de construção de uma greve unitária do serviço público (e, mais à frente, da greve geral), foram apontadas como resposta aos ataques do governo aos trabalhadores. Neste sentido, as entidades decidiram pela instalação do Comando de Mobilização e Greve dos SPF, em Brasília, desde o dia 29 de junho.

Uma próxima reunião com o MPOG acontece neste dia 7. (Fonte: Andes-SN. Edição: Adufrj-SSind)

Entidades realizam Caravana Nacional em Defesa da Educação Pública neste dia 7

Antes, acontecerá Reunião da Educação Federal

Andes-SN, Fasubra, Sinasefe, Anel e Oposição de Esquerda da UNE encontraram-se no dia 1º, na sede do Sindicato Nacional em Brasília (DF), para organizar os últimos detalhes dos dois grandes eventos da educação pública nesta semana: a Caravana Nacional em Defesa da Educação Pública, que ocorrerá neste dia 7, e a Reunião da Educação Federal, que acontece no dia anterior.

As duas atividades fazem parte da mobilização contra os cortes orçamentários e por mais investimentos pú-

blicos na educação pública. A Caravana Nacional em Defesa da Educação Pública tem sua concentração marcada para 9h de 7 de julho, em frente à Catedral de Brasília, na Esplanada dos Ministérios. De lá, os manifestantes seguirão rumo ao Ministério da Educação (MEC), onde demandarão audiência com o ministro Renato Janine Ribeiro para apresentar suas demandas.

O Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fórum dos SPF) se somará à manifestação. Em seguida, a caravana seguirá até o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), onde, às 14h, os servidores federais terão mais uma reunião para discutir sua pauta de reivindicações.

Reunião da Educação Federal

A Reunião da Educação Federal ocorrerá neste dia 6 de julho, a partir das 9h, no Brasília Imperial Hotel. Pela manhã, haverá uma mesa de conjuntura com falas das entidades organizadoras. Pela tarde, os presentes se dividirão em grupos de trabalho para debater a situação da educação pública e, especialmente, os cortes orçamentários. Em seguida, haverá a aprovação de um manifesto – que será lançado no dia se-

guinte, durante a caravana. (Fonte: Andes-SN. Edição: Adufrj-SSind)



Greve dos docentes federais completou um mês

A greve nacional dos docentes nas Instituições Federais de Ensino (IFE) do Andes-SN completou um mês no domingo (28). O movimento, até o fechamento desta edição, contava com a adesão de 37 instituições, segundo o último quadro divulgado pelo Comando Nacional de Greve (CNG). Na pauta de reivindicações

dos docentes, estão: a defesa do caráter público da universidade, melhores condições de trabalho e ensino, garantia da autonomia universitária, reestruturação da carreira docente e valorização salarial de ativos e aposentados.

Paulo Rizzo, presidente do Andes-SN, avalia que o primeiro mês foi marcado por um processo de amplia-

ção e consolidação da greve. “Foi um mês de tentativas de negociação com o governo, com o Ministério da Educação (MEC) assumindo os cortes e não apresentando propostas para os professores, no que diz respeito às verbas e as condições de trabalho, e nem disposição para manter o orçamento das instituições e resolver os graves problemas enfrentados

por elas”, disse o presidente do Sindicato Nacional em referência à reunião, em 23 de junho, entre diretores do Andes-SN e representantes do Comando Nacional de Greve (CNG) dos docentes federais com Jesualdo Farias, secretário de Educação Superior do Ministério da Educação (Sesu/MEC). (Fonte: Andes-SN. Edição: Adufrj-SSind)

MAIORIDADE PENAL

RETROCESSO IMENSO

Tema do noticiário nacional foi discutido em atividade da greve docente, na FND, no último dia 29. Na ocasião, especialistas desmontaram argumentos dos que são favoráveis à redução da maioria penal

Proposta já foi aprovada, em primeiro turno, pelos deputados

Elisa Monteiro

elisamonteiro@adufrj.org.br

O debate sobre a redução da maioria penal de 18 para 16 anos que movimentou (e ainda vai movimentar) o noticiário nacional também foi incorporado à agenda da greve dos professores do ensino superior. Em Brasília, o movimento docente participou, ao lado de várias entidades, das manifestações contra a mudança, dia 30. No Rio, na véspera, uma aula pública foi realizada na calçada da Faculdade Nacional de Direito (FND).

Defensor do primeiro jovem (de 16 anos) apreendido pela Polícia Civil como suspeito de ter esfaqueado o médico Jaime Gold, de 57 anos, na Lagoa, Zona Sul do Rio, o advogado Alberto Sampaio deu sua opinião profissional: “É falaciosa a noção de que o aumento da punição à juventude trará mais justiça. O sistema socioeducativo já representa toda ordem de violência física, psicológica e sexual que se possa imaginar”. Ele completou: “O que as estatísticas mostram é que a juventude hipossuficiente (pobre) sofre muito mais violência do que pratica como ré”.

De acordo com o advogado, a violação de direitos tem início desde a apreensão: “No caso dos menores, nunca é oportunizado o direito ao silêncio. É a partir de um depoimento recolhido sem acompanhamento de defensor que se desdobra toda uma série de violações do devido processo legal”.

No caso específico do homicídio na Lagoa, Sampaio conta que “mesmo com dezenas de depoimentos relatando de



Elisa Monteiro - 29/06/2015

Atividade da greve: debate sobre maioria penal ocorreu na calçada em frente à Faculdade Nacional de Direito

que o adolescente nada tinha a ver com a situação, e apesar de, depois, outros dois terem assumido a autoria do crime, a acusação foi mantida. O Estado sempre busca condenar aquele que apontou primeiramente como culpado”. “Pelos anos de experiência criminal, eu diria que, se o acusado é jovem, negro e de uma localidade pobre como no caso (Manguinhos), a chance de ser condenado deve ser de algo como 85%”.

Com pesquisa dedicada ao sistema penitenciário do Rio de Janeiro e Paraíba, Mariana Trotta (FND) destacou, entre as violações de direitos, a falta de acesso à defesa como o mais recorrente. Além disso, trata-se de instituições onde não há oferta de atividades socioeducativas, educação formal ou trabalho. “As instalações são insalubres e a maioria não dispõe de visitas íntimas. Imagine o que significa isso em

um grupo de jovens de 16 anos”. “Pensar em redução significa também inserir jovens e adolescentes nesse quadro”, apontou.

Douglas Leite (professor de Direito da UFF) acrescentou, ainda, sobre a prática de deturpação das prisões preventivas: “Não é incomum os casos de cumprimento das penas antes do julgamento”.

Prisões seletivas

Luciana Boiteux (diretora da Adufrj-SSind e professora da FND) destacou que, em um cenário onde as detenções (de adultos e menores) por tráfico de drogas são as que mais crescem proporcionalmente (já sendo a maior causa de encarceramento entre mulheres maiores), se observa também “uma clara seletividade de prisões” entre as camadas mais pauperizadas. E como, “ao contrário do que se diz pretender, a criminalização

não está reduzindo o consumo”, a tendência é de “aprofundamento da crise carcerária”. Para Boiteux, a proposta de redução da maioria penal responde tanto a um controle social seletivo como a interesses de exploração comercial da privatização de cadeias, já praticada em alguns países.

Opinião pública

Já para o professor Salo de Carvalho, a mídia cumpre um papel significativo na assimilação do retrocesso de direitos: “Uma orientanda que trabalha com análise do discurso deu atenção especial ao trágico caso da Lagoa. Depois de uma série de matérias que davam a entender um suposto aumento de homicídios com arma branca, O Globo deu apenas uma pequena nota desmentindo a informação e admitindo que os números desse crime, na verdade, tinham

diminuído”. O professor frisa que, entre os jovens, a maioria dos crimes é de ordem patrimonial, sem uso de violência.

Carvalho não vê incongruência entre as políticas que retiram recursos da Educação ao mesmo tempo em que aumentam a criminalização da juventude. “Não há paradoxo entre os movimentos; ao que parece, caminhamos para um estado que se resume cada vez mais a um estado penal”.

Alexandre Bernardino Costa (professor visitante da FND) avaliou o tema: “Não podemos ainda dizer que temos um sistema de proteção aos adolescentes”. E ressaltou que a greve é também uma oportunidade para “ir além de conteúdos”. “É um momento em que podemos discutir e refletir sobre a realidade. Precisamos de perspectivas teóricas que se relacionem com os casos concretos para gerar Justiça”.

Mudança, em primeiro turno, ocorreu após manobra regimental

Apenas 24 horas após o plenário rejeitar a redução da maioria para crimes graves, a Câmara dos Deputados colocou novamente o tema em votação e o aprovou na madrugada do dia 2. A manobra do presidente da Câmara

ra, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), revoltou parlamentares contrários à mudança constitucional. Para virar lei, o texto ainda precisa ser apreciado mais uma vez na Casa e, depois, ser votado em outros dois turnos no Senado.

Kelvin Melo - 29/06/2015



Mais escolas, menos cadeias

O mais novo outdoor (foto) da Adufrj-SSind, instalado na lateral da ex-casa de espetáculos Canecão, na Zona Sul do Rio de Janeiro, reforça a campanha contra a redução da maioria penal.

CONDIÇÕES DE TRABALHO

Fechada por falta de limpeza

Envolvida em mais uma crise da terceirização na UFRJ — trabalhadores estão com dois meses de salários atrasados —, Escola de Serviço Social só abriu as portas para uma reunião comunitária de mobilização

Unidade também já ficou sete meses sem porteiros

Da Redação

Para potencializar as lutas de todos, os professores, estudantes (de graduação e de pós), técnicos-administrativos e terceirizados da Escola de Serviço Social realizaram uma reunião comunitária na tarde de hoje (1º de julho).

O “cenário” não poderia ser mais propício à mobilização por um dos eixos comuns às greves de todas as categorias: condições de trabalho e estudo. Afinal, aquela Unidade encontra-se fechada desde sexta-feira (26 de junho) em função de falta de funcionários para limpeza (foi aberta, excepcionalmente, para esta reunião). Os trabalhadores da empresa responsável pelo serviço (Higi Time) estão com dois meses de salários, tíquetes para alimentação e vale-transporte atrasados. Detalhe: a direção da ESS foi informada de que não há débitos da UFRJ com a firma, mas o dinheiro não chegou até as contas dos terceirizados.

Diretora da Escola de Serviço Social, a professora Andréa Teixeira participou da reunião comunitária e relatou os problemas que a dependência da terceirização provoca já há bastante tempo: a Unidade ficou sete meses sem serviço de portaria, com técnicos-administrativos e integrantes da diretoria revezando-se na tarefa para manter o funcionamento do prédio: “Mas banheiro é questão de saúde pública. Isso é insalubridade. Não sei como as pessoas estão fazendo para manter os outros prédios (atendidos pela mesma empresa) abertos. E vamos continuar fechados até o pagamento dos funcionários”, disse Andréa.

Representante dos técnicos-administrativos, Fábio Marinho declarou que a situação dos terceirizados “é absurda”. Ele observou que uma das demandas de sua categoria é justamente a reabertura de concursos para as classes de apoio, o que evitaria a falta de pagamentos.

Durante o encontro, o professor César Maranhão observou a importância da mobilização conjunta: “Greve forte é aquela que publiciza o que está acontecendo aqui. O que está em jogo é o funcionamento da universidade pública. Não adianta falar para nós mesmos, mas para a sociedade”, afirmou.

Outro docente da ESS, Gustavo Repetti também avaliou



Fotos: Kelvin Melo - 01/07/2015

Todos juntos. Reunião comunitária, no auditório da ESS, traçou ações conjuntas para fortalecer a luta de todos os segmentos



Escola de Serviço Social fechou pela ausência de condições sanitárias. Banheiros da unidade estão interditados

como positivo este primeiro encontro de todos os segmentos da Escola de Serviço Social. “Estávamos observando a realização de muitas atividades pulverizadas e esta reunião nós dá a oportunidade de pensar como otimizar estas lutas”, disse.

Juliana Nascimento observou que os pós-graduandos da ESS estão na quinta semana de paralisação: “Estamos acompanhando os cortes na pós-graduação, nas bolsas. A entrada na greve não foi uma escolha, mas uma necessidade”. Lilian Barbosa, pelo centro acadêmico local, cobrou mais assistência estudantil e mais apoio às demandas dos terceirizados.

Caravana em Defesa da Educação

Ao final, os segmentos elencaram uma série de ações — algumas das quais serão levadas para o Comando Local de Greve de cada categoria. A formação de

um comitê para estudar a terceirização e subsidiar iniciativas para acabar com esta precarização dos trabalhadores foi uma das ideias sugeridas. Todos incentivaram a participação na Caravana Nacional em Defesa da Educação, que acontece em Brasília (DF), neste dia 7 de julho.

Relato emocionado

Ainda durante a reunião, Terezinha da Costa, diretora da Associação de Trabalhadores Terceirizados da UFRJ emocionou a todos com o relato das experiências sofridas pela sua categoria: “Nosso piso salarial é de pouco mais de setecentos reais. Para alguns, não é nada; mas precisamos dele para pagar aluguel e levar o pão para casa. Essa questão dos atrasos (de pagamentos) não vem de ontem, do ajuste fiscal. Nós somos escravizados. Não levamos chibatadas na carne, mas na alma”, contou.



Elevador pronto não pode funcionar

Como se não bastassem os problemas com a terceirização, a Escola de Serviço Social sofre até com algo que parecia estar resolvido. Parecia.

Desde o final de 2013, ficou pronto um elevador (foto) que permitirá o deslocamento de pessoas em cadeira de rodas entre o térreo e o segundo andar da Unidade. Após ajustes técnicos que só foram resolvidos no fim de 2014, o dispositivo mostrou-se perfeito para uso.

Mas a situação voltou a empacar na burocracia: a prefeitura do município precisa autorizar seu funcionamento, algo que não ocorreu até o momento, apesar das solicitações da ESS.



Acompanhe o blog e a página do Comando Local de Greve

greveufrj2015.wordpress.com/

<https://www.facebook.com/comandolocaldegreveufrj2015>

ERRATA IMPORTANTE

No encarte que circulou com a edição anterior do **Jornal da Adufrj** (“CLG da Adufrj-SSind avalia respostas do governo às demandas dos professores”), o Comando Local de Greve observou alguns erros na parte de comentários da seção “Valorização salarial de ativos e aposentados”, corrigidos a seguir (em **negrito**): “A realidade é que as remunerações dos docentes em regime de Dedicção Exclusiva tiveram acréscimos nominais nesse período (março de 2012 a março de 2015) muito variados, de 25%, no caso do Associado nível 1, até quase 40% para o Titular (ambos doutores). O reajuste médio *nominal* para todos os ativos da UFRJ (estimado com base nas quantidades de docentes em cada classe e nível) nesse período foi igual a cerca de 32%, o que, aparentemente, dá razão ao secretário. Entretanto, a inflação no período (24,1% pelo ICV do DIEESE), fez esse reajuste *médio* valer apenas, de fato, em poder de compra, cerca de 6%, variando entre 0,7% e 12,5%! Mas esta é ainda uma visão distorcida e otimista da realidade, por dois motivos, cujos efeitos negativos se acumulam. Primeiro, em março de 2012, os salários dos docentes já haviam perdido valor de compra em relação a períodos anteriores. Se tomarmos os salários de julho de 2010 (mês do último reajuste anterior a 2012) como referência, por exemplo, o Titular teve um ganho de **4,4%**, mas *todos os demais* perderam, com destaque para a perda de **cerca de 6,5%** do Associado nível 1. Segundo (e mais importante), os salários estão congelados (ou terão reajustes pífios nos próximos anos, se a proposta do MP de 25/6 for efetivada) e a inflação não acabou! Ao contrário, tudo indica que vai aumentar, apesar das estimativas otimistas do governo. Supondo que ficará num patamar de 8% ao ano (o Banco Central já sinaliza com 9% para 2015), e a depender apenas da vontade do governo, os docentes acumularão grandes perdas: entre **-1,9%** e **-12,1%** em janeiro de 2016 e entre **-9,2%** e **-18,7%** em janeiro de 2017, se não houver reajuste. Mesmo que a proposta do MPOG seja aceita, **os Titulares terão pequenos ganhos em 2016 (3,5%) e em 2017 (0,6%), mas os demais docentes continuarão perdendo: entre -1,3% e -7,3% em janeiro de 2016, e entre -4,1% e -9,9% em janeiro de 2017**”.

A íntegra do encarte, já revisado, estará disponível para consulta a partir deste sábado (4 de julho) no site www.adufrj.org.br.

VIDA DE PROFESSOR

Diego Novaes



Em defesa da autonomia

Roberto Leher e Denise Nascimento reafirmaram na posse os pontos que os fizeram ser eleitos para a reitoria

Leher:
"A universidade está viva, está pulsando de energia"

Novo reitor criticou política educacional do governo

Silvana Sá

silvana@adufrj.org.br

Com a presença das entidades representativas dos segmentos da UFRJ, ex-reitores, movimentos sociais e políticos do Rio de Janeiro, Roberto Leher e Denise Nascimento tomaram posse nos cargos de reitor e vice-reitora da instituição. A solenidade, que contou com convidados de renomadas universidades do país e da América Latina, ocorreu dia 3 e foi acompanhada por um auditório lotado, no Centro de Tecnologia. No dia anterior, Leher e Denise haviam sido investidos nos cargos em cerimônia realizada em Brasília.

Roberto Leher reafirmou em seu discurso de posse todos os pontos do programa que fizeram a Chapa 20 ser eleita, na votação de maio. Dentre os principais temas, defendeu a necessidade de realização de congressos universitários, a atualização do Plano Diretor, a retomada do Plano de Desenvolvimento Institucional e de ações que fortaleçam a autonomia plena da UFRJ. "Vamos ter um quadriênio fecundo. A universidade está viva, está pulsando de energia. Devemos ter uma agenda que fortaleça uma forma de governo que esteja pautada em valores éticos e republicanos. Por isso, vamos atualizar o Plano Diretor. A hierarquia de utilização de recursos é pública, nós devemos discutir publicamente. Vamos construir consensos necessários à nossa autonomia", disse.

Leher reafirmou, ainda,

que encaminhará "uma solução autônoma", "fora da Ebserh", para os hospitais universitários. "Queremos defender arduamente que a pesquisa clínica seja realizada. Algo que hoje não acontece no sistema de avaliação parametrizado. Sistema que é incapaz de perceber a delicadeza e sutileza da produção de conhecimento nas Humanidades, nas Artes, na Clínica".

Cortes x transferência de recursos

Leher fez críticas à sistemática transferência de recursos públicos para a iniciativa privada, sobretudo no campo da educação, por meio do Fies. "Grande parte do orçamento do Ministério da Educação, hoje, está direcionada para o custeio dos fundos de investimento que controlam as instituições de educação superior privadas de natureza mercantil".

De acordo com o reitor, em 2010, o MEC alocou R\$ 1 bi para o Fies. Em 2014, foram R\$ 13,8 bi. "Todos devem ter tido acesso à resposta do Ministério da Educação ao Andes-SN, informando que, de 2007 a 2014, alocou como recursos para as melhorias nas universidades federais R\$ 9

bilhões. Em um ano, R\$ 13,8 bilhões foram repassados às instituições privadas. A previsão orçamentária em 2015 é de R\$ 16 bilhões. Em 2017, de R\$ 21 bi para o Fies". Vale lembrar que o corte anunciado pelo governo federal este ano para a educação pública é de R\$ 9,3 bilhões.

Assistência estudantil

Leher foi enfático ao defender a necessidade de aprofundar as ações para a assistência estudantil, com alocação de recursos para moradia, restaurantes, mobilidade, bibliotecas e complementação de renda para os que precisarem. "É necessário que as universidades e o MEC desenvolvam uma sensibilidade para escutar o que os estudantes estão falando sobre assistência estudantil".

Função social

A vice-reitora Denise Nascimento destacou a necessidade de se debruçar sobre a função social da universidade pública: "A universidade só é universidade porque é capaz de interagir com a sociedade e produzir conhecimento". A professora da Faculdade de Odontologia afirmou que sua gestão não poupará esforços

na interlocução com órgãos internos e externos "em prol da manutenção da universidade pública, gratuita e de qualidade".

Lugar do contraditório

"A universidade é o espaço privilegiado da polêmica, do confronto de opiniões. A transformação se viabiliza pela diferença. Estamos hoje empossando o novo reitor da UFRJ, escolhido de maneira democrática e após intenso confronto de ideias", disse Carlos Levi, que dirigiu a universidade no quadriênio 2011-2015.

Ele agradeceu à sua equipe e a toda comunidade acadêmica que tornou possível sua gestão. Levi reconheceu que ainda é necessário avançar nas políticas de assistência estudantil na universidade, mas que a UFRJ hoje é mais forte: "Podemos ter falhado, mas foi sempre com generosidade e tolerância que buscamos cumprir esses quatro anos à frente da universidade. A UFRJ hoje está maior, mais forte, mais inclusiva e menos elitizada. Encerramos esta gestão convencidos de que o professor Leher e toda sua equipe perseguirão os avanços necessários".

Palavra dos movimentos

A posse de Roberto Leher e Denise Nascimento foi marcada pela presença dos movimentos sociais. Eles tiveram espaço garantido pelo reitor, forjado na militância de esquerda. Marcelo Durão, do MST, foi convidado a falar pelos movimentos. "Será preciso muita responsabilidade e gestão coletiva neste tempo histórico de ataques à democracia, aos serviços públicos. Hoje é, sem dúvida, um momento muito importante para os movimentos sociais e para a esquerda brasileira. Desejo que nesta gestão consigamos cada vez mais ampliar o acesso da classe trabalhadora à universidade".

A Adufrj-SSind foi representada pelo presidente Cláudio Ribeiro que, ao comentar o resultado da assembleia da véspera, de manutenção da greve docente, afirmou que a categoria não aceita as respostas apresentadas pelo governo federal. E defendeu a autonomia sindical e também a universitária: "Ontem os professores deram um sonoro não à tentativa de tutela dos ministérios. O colapso que vivenciamos na UFRJ também é alimentado por uma mentalidade que acha que a universidade deve obedecer ao MEC. Temos que resgatar a autonomia desta universidade. Chamamos a nova reitoria a se somar aos movimentos em greve para cobrar do governo o cumprimento de suas responsabilidades frente à educação pública".

Pelo DCE Mário Prata, Luiza Foltran observou que a UFRJ ainda não é democrática: "Nós, estudantes, que somos milhares nesta universidade, tivemos que nos desdobrar para fazer valer nosso voto (na eleição para reitor). Hoje se coloca diante de nós um desafio de enfrentar e superar não só as barreiras democráticas, quanto de estrutura, dessa universidade. Para pintá-la de povo", afirmou.

APG e Sintufrj também participaram da cerimônia. A representação sindical entregou ao novo reitor a pauta de reivindicações da greve dos técnicos-administrativos.

Quem faz parte da equipe

Assumem como pró-reitores e superintendentes da nova equipe: Eduardo Serra (Graduação), Ivan da Costa Marques (Pós-Graduação e Pesquisa), Roberto Gambine (Planejamento e Desenvolvimento), Regina Maria Dantas (Pessoal), Maria Malta (Extensão), Ivan Carmo (Gestão e Governança), Vera Salim (SuperEst), Marcio Ayala (Tecnologia de Informação e Comunicação), Paulo Mario Ripper (Prefeitura Universitária), Márcio Escobar (Escritório Técnico Universitário).



Sucessão. Carlos Levi passa o cargo ao novo reitor